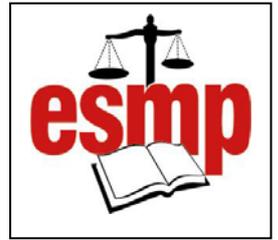




Ministério Público de Pernambuco
Procuradoria Geral de Justiça

Escola Superior do Ministério Público



PEUD/MPPE

TESTE DE SELEÇÃO PARA ESTÁGIO DE DIREITO - 2008

Caderno de Redação e Questões Objetivas

LEIA COM ATENÇÃO

- 01.** Só abra este caderno após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
- 02.** Ao abrir este caderno, confira se ele contém 50 (cinquenta) questões, correspondentes às Provas Objetivas.
- 03.** Preencha os dados pessoais neste Caderno.
- 04.** A prova de REDAÇÃO deve ser respondida inicialmente no rascunho e, em seguida, transcrita para a FOLHA DE REDAÇÃO. **Não deixe nenhuma marca na FOLHA DE REDAÇÃO que possa identificá-lo.**
- 05.** Aconselha-se assinalar, inicialmente, a resposta de cada questão neste caderno e, só depois, transferi-la para a Folha de Respostas.
- 06.** Para marcar a Folha de Respostas, utilize apenas caneta esferográfica de cor **preta** ou **azul**. A marcação da Folha de Respostas é definitiva, não admitindo rasuras. Em nenhuma hipótese haverá substituição de Folha de Respostas por erro de preenchimento do candidato.
- 07.** Só marque uma resposta para cada questão.
- 08.** Não risque, não amasse, não dobre e não suje a **Folha de Respostas**, pois isto poderá prejudicá-lo.
- 09.** Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

Nome: _____

Inscrição: _____

Identidade: _____

Órgão Expedidor: _____

UF: _____

Assinatura: _____

REDAÇÃO – RASCUNHO

Título:

Lei Maria da Penha: Solução ou utopia no combate à violência contra a mulher?

1

10

20

30

CRITÉRIOS BÁSICOS DE CORREÇÃO:

- fidelidade à temática escolhida, sem alteração do título;
- originalidade;
- coerência, coesão e clareza na exposição das idéias;
- atendimento às normas da gramática;
- atenção ao limite de linhas (25 a 30).

1) Sobre a família substituta, assinale a alternativa CORRETA:

- a) a colocação em família substituta estrangeira não constitui medida excepcional, podendo ser admitida nas modalidades de guarda e adoção;
- b) a guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins de direito, inclusive previdenciários;
- c) a tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 21 anos incompletos;
- d) a adoção independe do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando;
- e) a morte dos adotantes restabelece o poder familiar dos pais naturais.

2) Quanto às medidas de proteção aplicáveis à criança e ao adolescente e previstas na Lei 8069/90, podemos afirmar que:

- a) são aplicáveis sempre que os direitos infanto-juvenis forem ameaçados ou violados exclusivamente quando ocorrer ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- b) não poderão ser aplicadas cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo;
- c) levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- d) o abrigo em entidade de internação constitui uma medida de proteção;
- e) ao serem aplicadas pelo Conselho Tutelar necessitam previamente de autorização judicial.

3) Referente à apuração de ato infracional, podemos assinalar como FALSO:

- a) o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente;
- b) sendo impossível a apresentação imediata, a autoridade policial encaminhará o adolescente ao representante do Ministério Público no prazo de 24 horas;
- c) o prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de 45 dias;
- d) cabe ao representante do Ministério Público, após a oitiva do adolescente promover o arquivamento dos autos, conceder a remissão ou representar à autoridade judiciária para aplicação de medida sócio-educativa;
- e) a internação decretada ou mantida pela autoridade judiciária, poderá ser cumprida em estabelecimento prisional.

4) Assinale a alternativa CERTA:

- a) a advertência consistirá em admoestação verbal, que não precisa ser reduzida a termo;
- b) a prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas por período superior a seis meses;
- c) a liberdade assistida pode a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor;
- d) o período máximo de internação não poderá exceder a quatro anos;
- e) não será permitida a realização de atividades externas para o adolescente que cumpre a medida sócio-educativa de internação.

5) Marque a resposta ERRADA:

- a) nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude fica adotado o sistema recursal do Código de Processo Civil, com as adaptações previstas na Lei 8069/90;
- b) os recursos serão interpostos independentemente de preparo;
- c) o prazo para interposição de recurso de apelação é de cinco dias;
- d) antes de determinar a remessa dos autos à superior instância, a autoridade judiciária proferirá despacho fundamentado mantendo ou reformando a decisão, no prazo de cinco dias;
- e) a apelação será recebida em seu efeito devolutivo.

6) Na defesa dos interesses dos idosos, pode o Ministério Público, valer-se:

- a) de todas as espécies de ação pertinentes;
- b) de mandado de injunção;
- c) das ações civis públicas em conjunto com as ações mandamentais;
- d) das ações ordinárias e de jurisdição voluntária;
- e) apenas das ações coletivas.

- 7) **Os alimentos, como direito fundamental do idoso, devem ser prestados ao mesmo, de forma solidária:**
- a) pelos membros de sua igreja;
 - b) pela coletividade;
 - c) pelos familiares ou pelo Poder Público, quando aqueles não possuem condições econômicas para tanto;
 - d) pela sociedade civil organizada;
 - e) pelas associações corporativas privadas.
- 8) **Nas ações ajuizadas com fundamento no Estatuto do Idoso, a falta de intervenção do Ministério Público, acarretará:**
- a) uma falha processual de natureza suprível, desde que não sejam afetados os seus direitos;
 - b) nulidade processual capaz de macular o seu curso;
 - c) um deslize procedimental de cunho sanável;
 - d) nulidade reversível e que não afronta a ordem legal;
 - e) apenas uma irregularidade material sem afetação processual.
- 9) **Tício, pretendendo assassinar sua ex-companheira, desconhecendo o fato dela se encontrar grávida, desferiu contra ela vários disparos de arma de fogo que não a mataram, mas provocaram-lhe várias lesões corporais de natureza grave e a interrupção da sua gravidez com morte do feto: Assinale a alternativa CORRETA:**
- a) Tício praticou um crime de lesões corporais de natureza grave;
 - b) Tício praticou um homicídio tentado em concurso com o crime de aborto;
 - c) Tício praticou um homicídio tentado em concurso com o crime de infanticídio;
 - d) Tício praticou apenas um homicídio tentado;
 - e) Tício praticou apenas um crime de aborto.
- 10) **A Lei Penal Brasileira tipifica como crimes contra a vida os seguintes: Assinale a alternativa CORRETA:**
- a) homicídio, latrocínio, infanticídio e aborto;
 - b) homicídio, lesão corporal seguida de morte e aborto;
 - c) homicídio, infanticídio, induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio e aborto;
 - d) homicídio, infanticídio, suicídio e aborto;
 - e) homicídio, infanticídio, aborto e lesão corporal seguida de morte.
- 11) **A enfermeira Mévia, sabedora da intenção suicida de Clênio, seu paciente, nada faz para impedir o ato que, embora não o tenha levado à morte, provocou-lhe lesões corporais de natureza leve: Assinale a alternativa CORRETA:**
- a) Mévia, não praticou crime algum, pois o tipo penal consistente em prestar auxílio ao suicídio exige apenas a forma comissiva;
 - b) Mévia, praticou o crime de prestar auxílio ao suicídio, por omissão, pois tinha o dever jurídico de impedir o resultado, devendo ser punida pela tentativa e as lesões que dela resultaram;
 - c) Mévia, embora tenha prestado, por omissão, auxílio ao suicídio, pois tinha o dever jurídico de impedir o resultado, não deve ser punida pela tentativa de suicídio e lesões que dela resultaram, pois as lesões corporais resultantes não foram de natureza grave;
 - d) Mévia, só não poderia ser punida, apenas, se no caso dessa tentativa de suicídio não tivesse ocorrido qualquer tipo de lesão corporal;
 - e) Mévia, concorreu para a tentativa de suicídio por dolo eventual.
- 12) **Édipo, Malba e Pétrea fazem um pacto de morte, e pretendendo morrerem envenenados, reúnem-se na casa de Édipo, pessoa que além de adquirir o veneno o ministra para todos, injetando-o nas veias de Malba e Pétrea, inclusive nas suas. No caso de Édipo sobreviver, qual o crime que teria praticado em relação às mortes de Malba e Pétrea?**
- a) homicídio simples;
 - b) auxílio ao suicídio;
 - c) nenhum crime, pois também teria tentado o suicídio;
 - d) homicídio qualificado;
 - e) nenhuma das respostas anteriores.

13) Assinale a afirmativa CORRETA:

- a) conforme o Código Penal, nos crimes de calúnia, difamação e injúria é admitida a exceção da verdade;
- b) conforme o Código Penal, só nos crimes de calúnia e injúria se admite a exceção da verdade;
- c) conforme o Código Penal, só no crime de injúria se admite a exceção da verdade;
- d) conforme o Código Penal, no crime de calúnia, não se admite a exceção da verdade, quando o fato é imputado ao Presidente da República;
- e) conforme o Código Penal, só nos crimes de injúria e difamação se admite a exceção da verdade.

14) Dos crimes contra a honra, tipificados no Código Penal Brasileiro, qual o único que é punível quando praticado contra os mortos?

- a) injúria;
- b) calúnia;
- c) difamação;
- d) violação de sepultura;
- e) n.d.a.

15) Dos crimes contra a honra, tipificados no Código Penal Brasileiro, qual o único que não admite retratação?

- a) injúria;
- b) calúnia;
- c) difamação;
- d) atentado violento ao pudor;
- e) n.d.a.

16) Com relação aos direitos individuais previstos no art. 5º da Constituição da República, pode-se afirmar que:

- a) são imprescritíveis, inalienáveis, universais, secundários e imutáveis;
- b) são variações dos direito à vida, à liberdade, à segurança, à igualdade e à propriedade;
- c) estão previstos apenas no art. 5º da Constituição da República;
- d) o art. 5º é uma proteção do Estado em face dos indivíduos;
- e) no art. 5º existem apenas direitos individuais.

17) Os atos de improbidade administrativa importarão:

- a) na perda da função pública, apenas;
- b) na suspensão dos direitos políticos, mas não na perda da função pública;
- c) na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento do erário;
- d) na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento do erário, mas não na perda da função pública e na suspensão dos direitos políticos;
- e) no ressarcimento do erário, apenas;

18) A modalidade de licitação apropriada para contratar serviços profissionais, cujo critério de julgamento consiste na avaliação do trabalho técnico ou artístico, de criação ou desenvolvimento intelectual, pago mediante prêmio, é o (a):

- a) convite;
- b) tomada de preço;
- c) concorrência;
- d) concurso;
- e) leilão.

19) A Administração Pública restringiu a participação de pessoas excessivamente obesas em um concurso público para provimento de cargo público de agente penitenciário. A restrição pode não ferir o princípio da isonomia, desde que:

- a) o edital do concurso tenha sido publicado nos termos da lei de processo administrativo;
- b) assentada em premissas que não autorizam, do ponto de vista lógico, a conclusão delas extraídas;
- c) o descrímen guarde relação de pertinência lógica com o desempenho do cargo;
- d) o edital do concurso não impeça a ampla defesa e o contraditório a todos os candidatos que se sentirem prejudicados;
- e) o edital do concurso tenha sido publicado nos termos da lei de processo administrativo e não impeça a ampla defesa e o contraditório.

20) De acordo com o art. 37, § 6º da Constituição Federal, as empresas prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de:

- a) dolo eventual, apenas;
- b) culpa recíproca e culpa *in vigilando*, apenas;
- c) culpa *in vigilando*, apenas;
- d) culpa ou dolo;
- e) culpa, apenas.

21) O princípio da legalidade explicita a subordinação da Administração Pública à lei e é decorrência natural:

- a) do controle administrativo de seus próprios atos;
- b) do controle judicial dos atos administrativos;
- c) da indisponibilidade do interesse público;
- d) do princípio da hierarquia;
- e) do controle administrativo de seus próprios atos e do controle judicial dos atos administrativos.

22) Entende-se que as entidades estatais exploradoras de atividades econômicas não estão obrigadas a realizar licitação:

- a) desde que seja para contratação de obras ou de atividades econômicas;
- b) porque se sujeitam ao mesmo regime jurídico das empresas privadas;
- c) porque a Lei de Licitações, expressamente, as dispensa desse procedimento;
- d) para as operações enquadráveis em sua atividade-fim;
- e) desde que seja para contratação de obras de lazer.

23) Nos termos da Lei de Introdução ao Código Civil, as correções a texto de lei já em vigor são consideradas:

- a) lei constitucional;
- b) lei inconstitucional;
- c) lei protetiva;
- d) lei velha;
- e) lei nova.

24) Assinale a afirmativa CORRETA:

- a) é regra que a lei temporária vigora até que outra a modifique ou revogue;
- b) a lei em vigor terá efeito mediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;
- c) chama-se coisa julgada todo despacho de que já não caiba recurso;
- d) reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou;
- e) na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem econômico.

25) No Registro Civil de criança que venha a morrer na ocasião do parto, embora tenha respirado, em vista dos elementos cabíveis, deverão ser feitos os assentos:

- a) de nascimento e o de óbito com remissões recíprocas;
- b) de nascimento sem averbação do fato morte;
- c) de óbito sem averbação do fato nascimento;
- d) apenas o de óbito;
- e) nenhum dos assentos, pois a respiração da criança é fato irrelevante.

26) Assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) o prenome será definitivo, não se admitindo hipóteses de sua substituição;
- b) os índios, enquanto não integrados, não estão obrigados a inscrição do nascimento;
- c) os nascimentos ocorridos a bordo, quando não registrados pelo modo estabelecido na legislação de marinha, deverão ser declarados dentro de cinco dias a contar da chegada do navio ou aeronave ao local de destino, no respectivo cartório ou consulado;
- d) o interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbandose a alteração que será publicada pela imprensa;
- e) todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório.

27) A sociedade conjugal termina:

- a) pelo adultério;
- b) pela conduta desonrosa;
- c) pela morte de um dos cônjuges;
- d) pela sevícia ou injúria grave;
- e) pela condenação por crime infamante.

28) Assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) dar-se-á a separação judicial litigiosa dos cônjuges se forem casados por mais de um ano e o manifestarem perante o juiz, sendo por ele devidamente homologado o acordo;
- b) a direção da sociedade conjugal será exercida, em colaboração, pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos, podendo qualquer dos cônjuges recorrer ao juiz em caso de divergência, que decidirá em consideração aqueles interesses;
- c) o domicílio do casal será escolhido por ambos os cônjuges, mas um e outro podem ausentar-se do domicílio conjugal para atender a encargos públicos, ao exercício de sua profissão, ou a interesses particulares relevantes;
- d) o casamento válido só se dissolve pela morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio;
- e) seja qual for a causa da separação judicial e o modo como esta se faça, é lícito aos cônjuges restabelecer, a todo tempo, a sociedade conjugal, por ato regular em juízo.

29) Na sucessão legítima, ao cônjuge sobrevivente será assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único daquela natureza a inventariar e que o casamento tenha sido realizado sob qual regime de bens?

- a) da comunhão parcial de bens;
- b) da comunhão universal de bens;
- c) da separação de bens;
- d) da participação final nos aqüestos;
- e) qualquer que seja o regime de bens.

30) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado, a fim de se defender;
- b) intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa;
- c) a citação far-se-á pelo correio; por oficial de justiça, por edital e por meio eletrônico, conforme regulado pela lei própria;
- d) a intimação do Ministério Público será feita pessoalmente ou por publicação no órgão oficial;
- e) feita a citação com hora certa, o escrivão enviará ao réu carta, telegrama ou radiograma, dando-lhe de tudo ciência.

31) A petição inicial NÃO será indeferida liminarmente quando:

- a) o advogado deixar de declarar na petição inicial o endereço que receberá intimação;
- b) a parte for manifestamente ilegítima;
- c) quando for inepta;
- d) quando o autor carecer de interesse processual;
- e) quando o juiz verificar, desde logo, a decadência ou a prescrição.

32) Com relação ao mandado de segurança é INCORRETO afirmar:

- a) que o representante do Ministério Público será ouvido em cinco dias;
- b) que a autoridade coatora será notificada no prazo de dez dias para prestar informações;
- c) que a sentença que concede o mandado fica sujeita ao duplo grau de jurisdição;
- d) que os processos de mandado de segurança terão prioridade sobre os atos judiciais, salvo *habeas corpus*;
- e) que se admite prova testemunhal e pericial.

33) A ação civil pública NÃO se destina para a responsabilização pelos danos causados:

- a) por infração da ordem econômica;
- b) as pretensões que envolvam questões previdenciárias;
- c) ao consumidor;
- d) à ordem urbanística;
- e) a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

34) NÃO compete ao Ministério Público intervir:

- a) nas ações possessórias de partes maiores e capazes;
- b) nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural e nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte;
- c) nas causas em que há interesses de incapazes;
- d) nas causas concernentes ao estado da pessoa, poder familiar, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade;
- e) nas ações mandamentais.

35) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o Ministério Público tem legitimidade para recorrer assim no processo em que é parte, como naqueles em que oficiou como fiscal da lei;
- b) computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando for parte a Fazenda Pública ou o Ministério Público;
- c) a parte, que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou decisão, não poderá recorrer;
- d) são dispensados de preparo os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios e respectivas autarquias, e pelos que gozem de isenção legal;
- e) a renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.

36) Não haverá resolução de mérito, no processo civil, quando:

- a) o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação;
- b) o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor;
- c) o réu reconhecer a procedência do pedido;
- d) o juiz acolher a alegação de preempção, litispendência ou coisa julgada;
- e) as partes transigirem.

37) Assinale a alternativa CORRETA. O Conselho Superior do Ministério Público é composto pelos seguintes membros da instituição:

- a) pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Corregedor-Geral do Ministério Público;
- b) pelo Procurador-Geral de Justiça e por sete Procuradores de Justiça;
- c) pelo Procurador-Geral de Justiça, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e por cinco Procuradores de Justiça;
- d) pelo Procurador-Geral de Justiça, que o preside, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e por sete Procuradores de Justiça eleitos pelos integrantes da carreira com os respectivos suplentes;
- e) pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e por sete Procuradores de Justiça.

38) A O Procurador-Geral de Justiça é nomeado pelo:

- a) Presidente da Câmara Legislativa dentre integrantes de carreira, maiores de 35 (trinta e cinco) anos;
- b) pelo Presidente da República dentre integrantes de lista tríplice elaborada pelo Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça;
- c) pelo Governador do Estado dentre os componentes de lista tríplice, formada por Procuradores de Justiça e eleita pelos integrantes da carreira;
- d) pelo Procurador-Geral da República, depois de aprovada a escolha pela maioria dos membros do Colégio de Procuradores;
- e) pelo Procurador-Geral da República dentre integrantes da instituição, escolhidos em lista tríplice pelo Conselho Superior do Ministério Público.

39) Dentre as competências dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público, estabelecidas no art. 23 da Lei Complementar nº. 12/94, enquadram-se todas as alternativas abaixo, EXCETO:

- a) estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins;
- b) estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área da atividade e que tenham atribuições comuns;
- c) remeter, anualmente, ao Procurador-Geral de Justiça, relatório das atividades do Ministério Público relativas às suas áreas de atribuições;
- d) prestar auxílio aos órgãos de execução do Ministério Público na instrução de Inquéritos Policiais;
- e) remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade.

40) Os estagiários, como auxiliares dos membros do Ministério Público, constituem importante apoio à estrutura de execução dos trabalhos desenvolvidos nas Promotorias e Procuradorias. Relativamente a essa categoria é CORRETO afirmar:

- a) os estagiários poderão ser dispensados a qualquer tempo, sem direito de defesa;
- b) os estagiários serão convocados pelo Procurador-Geral de Justiça para atuarem, mediante termo de Compromisso de Estágio (TCE), pelo prazo improrrogável de um (01) ano;
- c) os estagiários servirão obrigatoriamente junto aos Promotores de Justiça;
- d) os estagiários terão vínculo empregatício;
- e) o estagiário poderá ser afastado mediante procedimento administrativo sumário perante a Corregedoria Geral de Justiça.

41) Assinale a alternativa CORRETA. Nos termos da Lei Complementar nº 12/94, incumbe ao Ministério Público, além de outras funções constitucionais e legais:

- a) promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei;
- b) ingressar em juízo, de ofício, para responsabilizar os gestores do dinheiro público condenados por tribunais e conselhos de contas;
- c) propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, em face da Constituição Estadual;
- d) exercer a fiscalização dos estabelecimentos prisionais, dos que abriguem idosos, crianças e adolescentes, incapazes, pessoas portadoras de deficiência, das entidades fundacionais, bem como daquelas que prestem serviços de finalidade pública;
- e) todas as alternativas estão corretas.

42) Sobre inquérito policial é CORRETO afirmar:

- a) a identificação criminal pelo processo datiloscópico é obrigatória no caso de indiciamento por crimes contra o patrimônio praticados com violência;
- b) quando o juiz, discordando do pedido de arquivamento do inquérito policial formulado pelo promotor de justiça, remete os autos ao Procurador-Geral, este pode designar outro promotor para denunciar e este outro pode se recusar a fazê-lo em nome da independência funcional;
- c) de acordo com entendimento prevalente, é admissível decretar-se a incomunicabilidade do indiciado preso pelo prazo máximo de três dias;
- d) nos crimes de ação privada, o inquérito pode ser instaurado a partir de representação da vítima;
- e) o juiz pode condenar exclusivamente com base em provas colhidas no inquérito policial.

43) Assinale a alternativa CORRETA sobre ação penal:

- a) só subsiste uma hipótese de ação privada personalíssima, a do crime de adultério;
- b) o Supremo Tribunal Federal entende que a conclusão do processo administrativo fiscal é condição de prosseguibilidade da ação penal por crime de sonegação fiscal;
- c) a classificação jurídica do fato, conforme apresentada na denúncia, torna-se definitiva quando o juiz a recebe;
- d) a inexistência de inquérito policial não impede o ajuizamento da ação penal quando o Ministério Público dispuser de elementos probatórios mínimos sobre a autoria e a materialidade, o que se convencionou chamar de justa causa da ação penal;
- e) nos crimes de imprensa, é de 15 dias o prazo para denunciar se o indiciado estiver solto, e de 5 dias, estando preso.

44) A respeito do Ministério Público e do Assistente da Acusação, assinale a opção INCORRETA:

- a) o Ministério Público só pode se opor à admissão do Assistente por razões de legalidade, por exemplo, em se tratando de co-réu no mesmo processo;
- b) o Ministério Público é parte no sentido formal, mas não no sentido material, isto é, não fica adstrito ao dever de acusar;
- c) pode se habilitar como assistente do Ministério Público o ofendido ou seu representante legal, ou na falta, o cônjuge, ascendente, descendente ou irmão do ofendido. Entretanto, como legitimidade e capacidade postulatória não se confundem, o assistente deve ser representado em juízo por advogado;
- d) o Assistente pode aditar os articulados do Ministério Público, o que inclui a denúncia;
- e) o Assistente não pode recorrer contra a rejeição da denúncia.

45) Sobre prisão e liberdade provisória, assinale a opção CORRETA:

- a) cabe prisão em flagrante nos crimes de ação privada, mas deve ser ratificada pela vítima ou seu representante legal dentro do prazo para expedição da nota de culpa;
- b) o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a lei pode vedar, incondicionalmente, a liberdade provisória;
- c) o Presidente da República não pode ser preso em flagrante, mas pode ser decretada sua prisão preventiva;
- d) é admissível a prisão preventiva do autor de um homicídio culposo que foge sem prestar socorro à vítima;
- e) o juiz pode decretar a prisão temporária de ofício quando houver risco à ordem pública ou econômica.

46) Assinale a opção CORRETA sobre os meios de prova no processo penal:

- a) é inadmissível a acareação por carta precatória;
- b) o Superior Tribunal de Justiça admite como válido o interrogatório através de videoconferência;
- c) confissão simples é aquela em que o agente confessa o fato, mas alega uma circunstância excludente de culpabilidade;
- d) de acordo com o Código de Processo Penal, em qualquer hipótese, a busca em mulher só pode ser realizada por outra mulher;
- e) o laudo pericial subscrito por um só perito é prova ilícita.

47) É INCORRETO afirmar sobre o procedimento do júri:

- a) na segunda fase do processo (*judicium causae*), cada parte pode arrolar até cinco testemunhas;
- b) se a iniciativa do desaforamento for do juiz ou do Ministério Público, a Defesa deve ser ouvida antes da decisão do Tribunal competente, sob pena de nulidade;
- c) as partes podem juntar documentos em qualquer fase do processo;
- d) desclassificação imprópria é a que ocorre quando os jurados reconhecem o excesso culposo na excludente de antijuridicidade;
- e) o juiz sempre formulará um quesito sobre circunstâncias atenuantes.

48) Assinale a alternativa INCORRETA sobre procedimento comum:

- a) cabe o procedimento comum tanto para crimes de ação pública como para crimes de ação privada;
- b) o querelante tem o ônus de apresentar alegações finais sob pena de decretar-se a extinção da punibilidade do réu pela perempção;
- c) o juiz não pode concentrar a ouvida de todas as testemunhas numa única audiência;
- d) na fase das novas diligências (art. 499, CPP), as partes podem arrolar testemunhas que serão obrigatoriamente ouvidas pelo juiz, se observado o número máximo previsto em lei;
- e) antes de proferir sentença, o juiz ainda pode determinar a realização de diligências.

49) Assinale a opção CORRETA:

- a) durante o procedimento comum ou do júri, cabe a decretação da prisão temporária se o acusado for vadio ou, havendo dúvida sobre sua identidade, não oferecer ou não indicar elementos para esclarecê-la;
- b) o Assistente do Ministério Público só pode se habilitar depois que o juiz receber a denúncia ou a queixa;
- c) é correto dizer que, sobre as provas técnicas colhidas no inquérito policial, o contraditório é diferido;
- d) duas ações penais são idênticas se forem os mesmos réus e se os fatos tiverem a mesma capitulação;
- e) é mera irregularidade a não intervenção do Ministério Público nas ações penais por ele intentadas, pois o que importa é a iniciativa.

50) A respeito da Lei 9.099/95, marque a opção CORRETA:

- a) é pacífica a jurisprudência no sentido de que a proposta de suspensão condicional do processo é direito subjetivo público do denunciado;
- b) a homologação da composição civil, nos crimes de ação pública incondicionada, acarreta renúncia ao direito de oferecer queixa ou representação;
- c) no procedimento sumaríssimo, o interrogatório do acusado precede a ouvida da vítima;
- d) não se admite citação editalícia nos juizados especiais criminais, mas se admite que seja feita por carta com aviso de recebimento;
- e) havendo conexão entre uma infração de menor potencial ofensivo e um crime doloso contra a vida, ambas as infrações serão processadas na vara do júri, segundo regra expressa da Lei 9.099/95.